



ISSN 1984-5634

TRADUÇÃO

## **MICRO HISTÓRIA, MICROANÁLISE, HISTÓRIA REGIONAL, HISTÓRIA LOCAL. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PATAGÔNIA<sup>1</sup>**

*Microhistory, Microanalysis, Regional History, Local History. Similarities, differences and theoretical and methodological challenges: Contributions from Patagonia*

**SUSANA BANDIERI\*\***

**TRADUÇÃO DE: GIOVANA ELOÁ MANTOVANI MULZA\*\*\***

### **RESUMO**

Concentraremos nossa contribuição na análise dos marcos teóricos e metodológicos de uso comum entre os historiadores que estudam problemáticas específicas em escalas de observação reduzidas, entre elas a micro história e a microanálise, suas semelhanças e diferenças, assim como os desafios que implica a prática da história regional e local no marco de suas contribuições para uma história nacional persistentemente centralizada. Adicionaremos a isso uma breve síntese dos resultados obtidos em relação à Patagônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Micro História; Microanálise; História regional; História Local; Patagônia.

### **ABSTRACT**

We will focus our contribution on the analysis of the common reference theoretical and methodological frameworks among historians who study specific problems on reduced observation scales, including microhistory and microanalysis, their similarities and differences, as well as on the challenges that practice implies of regional and local history within the framework of their contributions to a persistently centralized national history. We will add to this a brief synthesis of the results obtained in relation to Patagonia.

**KEYWORDS:** Microhistory; Microanalysis; Regional history; Local history. Patagonia.

### **EDITOR-CHEFE:**

Vicente da Silveira Detoni

### **EDITORA-GERENTE:**

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 13.08.2022

**ACEITO:** 15.09.2022

### **COMO CITAR:**

BANDIERI, S. Micro História, Microanálise, História Regional, História Local. Semelhanças, diferenças e desafios teóricos e metodológicos: Contribuições a partir da Patagônia. *Aedos*, v. 14, n. 32, p. 298-313, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

\* Doutora em Filosofia e Letras com Especialidade em História. Professora no Instituto Patagônico de Estudos de Humanidades e Ciências Sociais desde 1991.

\*\* Doutoranda em História Política pela Universidade Estadual de Maringá. É graduada e mestra em História pela mesma instituição. ORCID iD: 0000-0001-5911-9370. E-mail para contato: gio\_mantovani@hotmail.com

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado em 2021 no *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, sediada na Universidad Nacional de La Plata, na cidade argentina de La Plata

[...] estudar não se trata de confirmar processos gerais. Daí que não aceitamos aquela afirmação segundo a qual o local é um reflexo de processos mais amplos. Se estudamos isto ou aquele objeto nessa ou naquela comunidade não é porque seja um pleonasmo, uma tautologia ou uma prova repetida ou já conhecida do que já se conhece, mas sim porque tem algo que o faz irrepetível, que o faz específico e que coloca em questão as evidências defendidas a partir da história geral (SERNA, PONS, 2005, p. 23)

**A** crescente relevância – ainda que não recente – das perspectivas locais e regionais de análise em nosso país, como bem se pode observar em algumas obras recentemente compiladas (ANDÚJAR, LICHTMAJER, 2019; BARDIERI, FERNÁNDEZ, 2017)<sup>2</sup>, oferece uma excelente oportunidade para promover reflexões sobre suas possibilidades, alcances e limitações, assim como os desafios teóricos e metodológicos que seu desenvolvimento implica, tal e como propõe o *dossiê* que nos convoca. Para isso, nada melhor do que inserir estas perspectivas no contexto dos marcos conceituais de referência comum entre os historiadores que estudam problemáticas específicas em reduzidas escalas de observação, entre elas a micro história e a microanálise, suas semelhanças e diferenças, assim como os desafios que implica a prática da história regional e local no marco de suas contribuições para uma história nacional persistentemente centralizada, sobretudo nos âmbitos da educação universitária. Acrescentaremos a isso uma breve síntese dos resultados obtidos com relação à Patagônia.

O historiador Giovanni Levi, dedicado desde o início à micro história italiana, sustentou em uma conferência recentemente realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)<sup>3</sup> que a “história local” não existe, propondo ao invés uma “história localizada” construída a partir de perguntas gerais para “situações localizadas”. Tampouco adere à “história global”, por sua tendência a generalizações, nem à “história regional”, por sua evidente influência francesa “agarrada ao passado”, enquanto que insiste na necessidade de retomar os estudos sobre os Estados nacionais, com uma opinião negativa sobre a persistência daquelas carreiras de pós-graduação em História Regional, as quais considera “obsoletas”. Estas afirmações chamaram a atenção de quem escreve. Levi estava propondo retomar as histórias nacionais para torná-las mais complexas a partir de versões mais micro? Não dizia isso precisamente, mas chamava mais atenção seu absoluto rechaço para a história regional. Seguramente estas contundentes afirmações se vinculam com duas discordâncias conhecidas entre os microhistoriadores italianos e a escola regional francesa; mas, para não ficarmos na simples disputa, retomaremos aquilo que o próprio Levi propõe em diversas publicações, com o qual obviamente concordamos, sobre a necessidade de balancear adequadamente as escalas de análise, tema no qual ambos os posicionamentos teóricos concordam. Isto é, não se deve perder de vista a situação real dos indivíduos em um estudo de grandes dimensões como tampouco as realidades globais nos enfoques personalizados, o qual requer estudar os poderes e as redes de relações travadas entre o Estado e as comunidades locais em uma evidente articulação de escalas (LEVI, 2003, p. 279). Se retomará esse tema mais adiante.

Justamente, no interesse por tornar mais complexa a predominância de uma história dos Estados nacionais demasiada centralizada e generalizante, se produz em muitos países, particularmente na

2 Por razões óbvias, somente faremos referência a obras muito recentes. Seria inacabável mencionar a enorme quantidade de produções individuais e/ou coletivas referentes a estes temas em nosso país.

3 *Conversa com o Prof. Giovanni Levi, “Microhistória e história global”*. Conferência em espanhol realizada por Giovanni Levi em setembro de 2020 na Faculdade de Humanidades da Universidade de Unisinos, Brasil.

América Latina, um importante desenvolvimento das histórias regionais e locais. Na Argentina, sem dúvida, sua representatividade aumentou, com critérios mais complexos e atualizados<sup>4</sup>, a partir da recuperação da democracia em meados da década de 1980, especialmente nas instituições do interior do país, justamente para pôr em discussão algumas das construções historiográficas consolidadas pela história nacional que não refletiam as especificidades do conjunto (BOHOSLAVSKY, 2018, p. 02).

Em concordância com a posição de Serna e Pons com a qual iniciamos este texto, não há dúvida alguma de que as histórias locais e regionais não só são possíveis, mas que, com o contexto adequado e imprescindível, ajudam a complexar qualquer observação historiográfica, tanto do passado como do presente. Este trabalho está dedicado a explicar o porquê destas possibilidades.

### MICRO HISTÓRIA/MICROANÁLISE: A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO

Desde seu início, a *Micro História* italiana, surgida na primeira metade da década de 1970, não constituía em si mesma um novo posicionamento teórico ou conceitual, mas se tratava de um conjunto de autores – Giulio Einaudi, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg, Carlo Poni ou o próprio Giovanni Levi – que compartilhavam uma forma especial de fazer história atendendo a reduzidos espaços de análise. De fato, até a atualidade, e apesar de seu indubitável êxito em nível mundial – em grande parte devido à excelente recepção de *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg, publicado em 1976 –, seus autores nunca se consideraram membros de uma escola em particular, mas somente historiadores que compartilhavam uma mesma empresa coletiva em um empreendimento editorial ao qual chamaram *Micro História*. Cabe agregar que na década de 1990 o fundo editorial foi vendido a Silvio Berlusconi, através do qual perdeu seu antigo posicionamento historiográfico. Isto fez com que muitos de seus adoradores se afastassem e declarassem, então, o fim da “micro história” como tal (GRENDI, 1995; AA. VV., 1999; SERNA, PONS, 1999).

Apesar disso, as referências conceituais e metodológicas à micro história seguem sendo muito importantes em nível internacional e nacional, seguramente pela necessidade que os historiadores que trabalham temáticas e espaços mais limitados sentem em referenciar suas investigações autores de prestígio com uma reconhecida trajetória historiográfica. E isto seguramente também se relaciona com o caráter de “histórias menores” com que durante muito tempo se qualificou as perspectivas de análise locais e regionais, frente às histórias reconhecidas como nacionais, gerais e/ou globais; estas últimas como expressão mais recente, até a atualidade, de um processo mundial que pretende ser politicamente neutro.

Igualmente, cabe destacar que, em seus aspectos teóricos, as preferências por pensar a partir do “micro” se vinculam diretamente com a profunda crise de paradigmas e a própria dinâmica da ciência histórica a partir da segunda metade do século XX, que derivaram em novos consensos, mais impostos pela prática do que discutidos e explicados, onde a história total não tinha lugar, mas tampouco tinha a fragmentação pós-moderna (BARROS, 1999). Quiçá o exemplo mais característico desta evolução seja justamente a micro história, que não poucas vezes resultou em estudos excessivamente “micro”, o

4 Nas décadas anteriores, as histórias regionais e locais estavam geralmente circunscritas aos espaços provinciais e/ou municipais e eram muitas vezes o produto de investigações realizadas por pessoas não necessariamente formadas nesse campo disciplinar. Sem negar suas contribuições, limitaremos nossas referências à produção de historiadores de formação acadêmica.

que levou a seus partidários mais reconhecidos, como é o caso de Grendi, à necessidade de insistir na importância do contexto e do resgate da heterogeneidade dos processos, até optar inclusive pela mais conveniente denominação de *microanálise*, sustentada tanto por este autor na Itália como por Revel na França (GRENDI, 1977; REVEL, 1995). Diminuir a escala de observação parecia ser então uma estratégia metodológica adequada para superar a crise do paradigma estrutural totalizante. A versão microanalítica adquiria força na medida em que se reconhecia que os espaços mais reduzidos poderiam ser objeto de estudos válidos, “não no conjunto de uma sociedade, mas sim somente em um segmento – uma província, uma cidade, inclusive um povoado” (STONE, 1980, p. 18), uma vez que se sustentava a necessidade de um novo retorno ao papel dos indivíduos e das situações particulares que dessem conta da singularidade dos processos (GRENDI, 1977).

Embora os autores italianos antes mencionados, cujas publicações nos *Quaderni Storici* tinham uma indubitável base comum sujeita à necessidade de contrariar a “história total” braudeliana e sua “longue durée” (BRAUDEL, 1949, p. 1958) –, uma vez que fortalece a prática de análises mais “micro apresentavam importantes diferenças em suas formas de pensar e escrever história. Quiçá é Edoardo Grendi, na opinião de quem escreve, quem melhor explicita seu interesse por se aproximar das formas de relações sociais em escala mais reduzida – e por isso mais densas – do que as que poderiam apresentar o Estado ou a nação. Embora o indivíduo obtivesse dessa forma maior protagonismo e visibilidade, sempre o era no marco do *contexto* – na forma de Thompson e da escola cultural inglesa – e de uma complexa rede de relações sociais. Por isso, para Grendi, a História era a “disciplina do contexto” no marco da “microanálise social” (GRENDI, 1977, 1994). Ginzburg, ao contrário, preferia localizar seus trabalhos no que denominava de “micro história cultural”, uma espécie de estudo das culturas populares na qual o moleiro Menocchio não era somente o ator individual da história de *O queijo e os vermes*, mas o representante de uma cultura em particular. Em consequência, a História era para Ginzburg “a disciplina do concreto” (SERNA, PONS, 1999, p. 255).

Isto é, as diferenças em torno de como interpretar a história em uma escala de observação mais reduzida estavam presentes ainda no início da micro-história, o que também contribuiu para a perda da unidade historiográfica, que, de algum modo, lhes havia dado até a década de 1990 seu pertencimento ao selo editorial que os identificava. Em resumo, qualquer referência teórica e metodológica à micro história italiana, a qual suas próprias e principais referências pareciam dar por esgotada, não pode ser geral, mas deve ter especialmente em conta as diferenças antes apontadas.

Cabe agregar que a redução da escala de observação da micro história italiana como recurso metodológico não implicou necessariamente em uma renovação da relação espaço-tempo ao estilo dos franceses, nem tampouco deu ênfase no estudo da base material da sociedade, ao na expressão de seus fundadores, com o intuito de evitar toda conotação com a estrutura. Nesse marco, os estudos conjuntos sobre o tempo e o espaço, herdados dos clássicos trabalhos de Vidal de la Blanche<sup>5</sup> e Braudel, separam suas direções nas áreas da especificidade disciplinar – a Geografia e a História –, o que afetou especialmente aqueles que se identificavam, há muitos anos, com a história regional/local, e, por

5 Considerado o pai da Geografia regional, Paul Vidal de la Blanche (1903) defendia que a relação homem/sociedade-natureza era de contínua e permanente interação. Portanto, o âmbito geográfico não era um dado naturalmente dado, mas inter-relacionado com a sociedade sobre a qual atuava e a modificava.

extensão, com a história econômica, que sofreu especialmente os embates da crise dos paradigmas estruturalistas até perder a identidade historiográfica que até então havia tido.

## A HISTÓRIA REGIONAL

Quem aqui escreve tem vinculado mais sua produção à história regional do que à história local e isso não é porque se desconhece a validade da segunda, mas porque seus temas de investigação, vinculados majoritariamente à história socioeconômica patagônica, obrigatoriamente demandam um olhar mais amplo que aquele circunscrito ao território nacional, que incluiria as relações com o sul chileno e o funcionamento das áreas das cordilheiras dos Andes não como um limite – como comumente fizera a história nacional –, mas como um espaço social altamente permeado por inumeráveis e antigas vias de trânsito de homens, bens e culturas.

Disso derivou a necessidade de fundamentar conceitualmente a partir de onde se pensava “a região” como noção que remete simultaneamente às variáveis do tempo e espaço. Com base teórica na chamada geografia crítica (SANTOS, 1979, 1991; SÁNCHEZ, 1981; DE JONG, 2001), definimos então a região como um espaço aberto, heterogêneo, descontínuo e que não exatamente coincide com os limites naturais e/ou políticos. Historiadores destacados têm aderido recentemente a estes mesmos posicionamentos na ideia de contrapor a identificação das histórias regionais com as histórias provinciais e/ou nacionais. Tal é o caso de Cardoso e Pérez Brignoli, por exemplo, quando sustentam que “estando em um ponto qualquer, não estaremos dentro de um, mas de diversos conjuntos espaciais” (1982, p. 83), o que leva necessariamente a reconhecer a existência simultânea de vários tipos de regiões que se recortam e se sobrepõem entre si. Deste modo o historiador, como sustentou Pierre Vilar, deve prestar uma atenção especial às mudanças temporais da espacialidade e à sua variação social, porque suas “regiões” mudariam de acordo com a época e as finalidades de seu estudo (1976, p. 36-37). Pedro Pérez Herrero, por sua vez, em uma seleção de trabalhos metodológicos sobre os estudos regionais no México, defendia que a partir da construção regional poderiam ser revolvidas tensões entre generalização e particularização, reconciliando a perspectiva microscópica com a macroscópica, o que facilitaria a combinação dos distintos enfoques das ciências sociais, separados e até confrontados a partir da divisão que o positivismo fizera delas. Dessa forma se lograria “uma compreensão mais profunda das inter-relações entre os fatores endógenos e exógenos regionais, evitando assim cair tanto nos defeitos das histórias ‘localistas’, como nas generalizações das histórias homogêneas nacionais” (PÉREZ HERRERO, 1991, p. 09). Analisaremos com mais profundidade estes dois aspectos ao nos aproximarmos das próprias contribuições nesta linha de investigação.

Pode-se sustentar então que a única maneira possível de tornar operativo o conceito de região é sua construção a partir das interações sociais que a definem como tal no espaço e no tempo, deixando de lado qualquer delimitação prévia que pretenda concebê-lo como uma totalidade pré-existente com elementos de homogeneidade determinados. Portanto, nem o marco espacial nem a periodização deveriam ser a priori delimitados, porque não são, em si mesmo, a finalidade de uma investigação, mas sim o contexto explicativo que enquadra e dá coerência ao objeto de estudo como problema. Isto requer, obviamente, de uma adequada seleção das fontes.



A partir do metodológico, os trabalhos de Carlos Sempat Assadourian (1982) sobre a economia colonial eram um bom exemplo da possibilidade de romper com os tradicionais limites historiográficos, de forte base territorial, no estudo de outros espaços e outras temporalidades (BANDIERI, 2013). Assadourian levantou desde cedo a necessidade de recuperar a noção de *espaço socioeconômico* frente às limitações que ofereciam para a análise do empírico os recortes territoriais baseados nos espaços políticos – fossem os limites dos vice-reinos, em seu caso, ou provinciais/nacionais, mais adiante. Os espaços econômicos deviam ser reconstruídos na investigação histórica atendendo a um sistema de relações internas e externas que se modificariam em cada período, em que um de seus elementos excepcionais era a circulação de mercadorias, mas também o eram o estudo das relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Tampouco estiveram ausentes das leituras teórico-metodológicas realizadas nesses anos os textos que recuperam a validade dos estudos regionais para tornar complexa a história latino-americana em seu conjunto, como são, entre outras, as clássicas obras de Eric Van Young (1987), Alan Knight (1998), Mario Cerutti (1985), assim como os avanços de Hernán Venegas Delgado condensados em sua obra mais ampla de 2010.

Certamente, também se teve em conta a micro história italiana, mas, dado seu surgimento como clara oposição à história serial e ao estruturalismo marxista, e, portanto, seu distanciamento dos temas econômicos, a antiga tradição francesa da história regional derivada dos *Annales* e vinculada à *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, que havia tido grande influência na historiografia argentina do pós-segunda guerra, parecia mais útil – apesar de sua “antiguidade”, como disse Levi – para uma análise a partir de uma perspectiva econômico-social, que permitiria unir em termos compreensivos e em um estilo próximo ao de Braudel, ainda que não igual, as categorias de tempo e espaço. A isso se somam as inquestionáveis contribuições de Jacques Revel (1996) e Bernard Lepetit (2015) sobre a importância do “jogo de escalas” nas análises históricas.

Embora os historiadores dos *Annales* não tenham feito de si uma escola com uma comunidade de critérios, eles foram percebidos como expoentes de uma maneira distinta de fazer história. Braudel foi sem dúvida o primeiro e maior expoente desta corrente com sua história do Mediterrâneo nos tempos de Felipe II, publicada em 1956, que teve grande influência em notáveis historiadores argentinos como Tulio Halperín Donghi (CHIARAMONTE, 2019, p. 119-120). Mas o posicionamento braudeliano a favor da “história social”, com um forte componente econômico, o levou a sustentar que a história política era uma prática tradicional e sujeita aos acontecimentos – a *histoire événementielle* –, razão pela qual ganhou desqualificadores, que o levaram inclusive a revisar suas opiniões<sup>6</sup>. Não obstante, os historiadores franceses reivindicam na atualidade seu legado historiográfico com uma visão *aggiornada*, tal e como veremos mais adiante, que nos leva a um retorno mais firme à questão regional.

A Espanha também sentiu o impacto da historiografia regional/local e suas possibilidades teóricas e metodológicas em importantes textos produzidos sobre os finais do século XX e começos do atual, que influenciaram notavelmente no espaço acadêmico argentino. Casanova (1999), Serna e Pons (2007) e Terradas i Savorit (2001) são sem dúvida seus referenciais mais importantes no que se

6 Isso havia levado Tulio Halperín Donghi, segundo José Carlos Chiaramonte, a revisar seu inicial seguimento de Braudel, de quem era discípulo amado, e “a por no centro de suas inquietações o problema, mal resolvido em *El Mediterráneo*, de como integrar a história política na história social, um problema que o preocuparia durante muitos anos” (CHIARAMONTE, 2019, p. 126).

refere a essas perspectivas. Como estes autores defendem, a perspectiva regional/local não confirma processos gerais nem é um reflexo do macro, mas facilita o questionamento das afirmações gerais que podem ser feitas a partir da história nacional (FERNÁNDEZ, 2015, p. 193).

Mas, nos finais do século XX, e no marco da grande fragmentação historiográfica que já comentamos (BARROS, 1999), a história regional na Argentina perdeu seu rumo, se transformando, não poucas vezes, em histórias descontextualizadas. O espaço, entendido como uma construção da sociedade no processo histórico, assim como uma variável de análise superadora dos limites jurisdicionais político-administrativos do Estado-nação, também perdeu identidade historiográfica, o que deu lugar a importantes esforços de recuperação coletiva das perspectivas locais e regionais coordenados, entre outros, por Fernández e Dalla Corte (2001); Mata de López y Areces (2006) e Fernández (2007).

Simultaneamente, e conscientes dos graves efeitos da fragmentação neoliberal, os organizadores do *19th International Congress of Historical Sciences* proclamavam em Oslo no ano 2000 um grande tema consagrado à *história global*, discutindo-se novamente a possível definição de uma história pensada em escala mundial (A.A.V.V., 2000). Não se tratava de construir uma história total, mas de pensar nessa escala para entender a indissolúvel união entre o global e o local. Pouco tempo depois, o primeiro número dos *Annales* publicando no ano de 2001 se dedicava especialmente ao mesmo tema, renovando uma perspectiva que é parte de sua tradição. A proposta não era pensar com um “certo nível de generalidade”, mas superar os limites de uma identidade política particular para ver as conexões e as circulações, apontando a construção de uma nova história global, sobre bases não ideológicas, que conseguisse reconstruir as múltiplas heranças que conformam o passado e definem a identidade de uma região e sua reconstrução histórica.

Resgatando os fundamentos analíticos de uma *história comparada* de Marc Bloch e o conceito de *região* de Braudel, Maurice Aymard e Roger Chartier propuseram, frente à fragmentação e ao individualismo erigidos em métodos contra qualquer forma de “holismo”, a necessidade indispensável de ter em conta as escalas de análise espaciais e temporais mais largas, para ver os problemas e compreender as culturas, o que somente se torna possível a esse nível (AYMARD, 2001, p. 44). Os “Estados modernos” somente o são pelo momento em que nasceram, dizem estes autores, não por sua superioridade intrínseca sobre as construções culturais anteriores, sobre as quais de fato se impôs uma “identidade nacional”. Não se tratava de reproduzir Braudel, mas de montar novas hipóteses para outros tempos e lugares, construindo histórias comparadas que contribuíssem para a “des-europeização” do mundo e o “reconhecimento do outro”. Em resumo, se propunham a identificar “diferentes espaços ou regiões” que mostrassem uma unidade histórica em suas relações e mudanças, independentemente da soberania estatal a que correspondessem. O que importava era a escolha de um marco de estudo a partir de onde se tornariam visíveis as conexões históricas com relação à população, às culturas, às economias e aos poderes, à circulação de homens e produtos e à mestiçagem dos imaginários (CHARTIER, 2001, p. 121). A questão não passava então somente por reduzir a escala de observação, mas pela variação do foco com que se analisavam os problemas.

Esses historiadores franceses defenderam, por conseguinte, construir uma nova história, na qual o meio geográfico fundiria sua unidade sobre a diversidade e a complementariedade, mais do que sobre sua homogeneidade climática e física; onde a economia se basearia na troca e na circulação dos bens e das pessoas e sobre a articulação do comércio interno e externo; onde a situação cultural estaria

marcada por sua vez pela referência a uma unidade passada e pela coexistência, pacífica e conflitiva, de civilizações concorrentes; onde uma posição geográfica, explorada e valorizada em um processo histórico de longa duração, permitiria ver os contatos entre os países e os continentes, superando os limites e recuperando a noção de fronteira como espaço social de interação (AYMARD, 2001, p. 47).

Estes novos posicionamentos teórico-conceituais do começo do novo século sem dúvida tornaram a colocar a construção histórica regional e local, tão cara à tradição historiográfica de muitos países da América Latina, como uma alternativa possível para superar as visões fortemente centralizadas das “histórias nacionais” ainda vigentes, onde as fronteiras estatais e/ou provinciais e inclusive as chamadas “fronteiras internas” entre as sociedades *hispano-criollas* e indígenas atuavam muitas vezes como limites para a construção de um passado extremamente rico e complexo. Como bem disse o hispanista sueco Magnus Mörner:

Em países tão heterogêneos em muitos aspectos como aqueles da América Latina, as regiões permaneceram mais isoladas e o regionalismo é mais importante que em outras partes do mundo. A dimensão regional ajuda a salvar a diferença entre um nível nacional mais ou menos artificial (ao menos para certos períodos) e o nível da comunidade local. (MÖRNER, 1985, p. 135)

Articulando com esta linha de reflexão, a noção de região não só alude a aspectos físicos e sociais, mas também envolve uma dimensão experiencial que se desprende do próprio objeto de estudo (SANTOS, 1991).

## A HISTÓRIA LOCAL

É bastante comum que se confunda a história local com a micro-história. Ainda que compartilhem alguns enfoques e metodologias de análise, não devem ser igualadas.

Embora Luis González y González (1968) tenha agregado ao título de sua obra emblemática o termo *Micro-História*, fazendo explícita referência que o que ocorre em *Pueblo en vilo* não é outra coisa que um reflexo do que se passa na história “pátria” mexicana (DALLA CORTE, FERNÁNDEZ, 2001, p. 218-222), seria um erro tomar como certo que a história de espaço local reproduz em menor escala a história geral, nem sequer a regional. De fato, o que a história localizada permite é compreender em profundidade as características do social em um espaço mais reduzido e, com isso, contribuir para dar maior complexidade e profundidade do que, sobre os mesmos temas, expressam outras versões historiográficas. Por isso é especialmente útil para os estudos localizados de movimentos e organizações sociais e culturais, parentescos, lideranças e grupos locais de poder os estudos urbanos, expressões do movimento operário, da história de gênero, movimentos ecológicos, componentes étnicos, etc. Obviamente que a referência ao geral – inclusive às vezes ao global – sempre existe, seja na intenção de comprová-lo ou rebatê-lo, mas nunca em condições absolutamente dependentes. Enquanto que a micro história pretende avançar a partir do particular para a generalização, a história local, em semelhança à regional, leva em conta o todo mas não o reproduz, mas se centra em espaços mais ou menos reduzidos para estudar determinados problemas, o que inclusive pode chegar a corrigir e modificar construções das histórias nacionais/gerais.

A história local e a história regional são então muito assimiláveis e têm entre si muitos pontos em comum. É possível estudar, como o fizeram Garavaglia e Grosso (1994), a história rural da vila



de Tepeaca, na região de Puebla, para mostrar suas peculiaridades no contexto agrário mexicano de princípios do século XIX, ou o próprio Garavaglia com seu trabalho sobre Carmen de Areco (2009) no marco da história rural rio-pratense, somente para tomar alguns de muitos exemplos. De fato, é o que a maioria dos historiadores fazem quando estudam um tema local/regional, ainda que não o chamem dessa maneira nem sintam a necessidade de justificá-lo conceitualmente. E, nesse caso, o representativo não é exatamente o espaço ou a territorialidade que se estuda, mas o problema e suas particularidades em um espaço mais reduzido que permita sua compreensão a partir da formulação de perguntas específicas com o devido contexto, sem cair na simples narrativa.

Obviamente, as possibilidades da história local são muitas, como têm sido claramente demonstrado pela escola inglesa constituída no marco institucional do Departamento de História Local da Universidade de Leicester, com autores reconhecidos como Everitt, Stephens e Hoskins, entre outros, que muito claramente dizem, superando aquela ideia de que a história local serve aos interesses políticos e sociais mais conservadores, que não se deve produzir história local para os locais, mas para o mundo inteiro (TERRADAS, SABORIT, 2005, p. 198).

### FAZENDO HISTÓRIA REGIONAL A PARTIR DA PATAGÔNIA<sup>7</sup>

A esta altura, cabe perguntar: é a Patagônia nossa “região” de análise? Em absoluto, se trata de um espaço muito complexo que impede qualquer interpretação generalizante. De fato, começamos produzindo, em meados da década de 1980, uma história fechada nos limites do território nacional de Neuquén – província desde 1955 –, influenciados por obras antigas e fontes primárias que sustentam que a chegada da ferrovia em 1904 na atual capital de mesmo nome, situada na vértice mais oriental do território, havia tido como consequência imediata a ruptura dos circuitos mercantis com os centros chilenos que desde antes mantinham as sociedades indígenas. Mas uma natural inclinação para a história socioeconômica levou este autor a estudar as atividades econômicas dominantes, sobretudo a pecuária. Rapidamente descobrimos que a nova capital era somente um lugar de troca, enquanto que as pessoas e o gado ocupavam as áreas das cordilheiras e próximas das cordilheiras, onde também se localizavam as sociedades indígenas. A explicação viria a partir da geografia – ou, mais especificamente, a partir das condições fisiográficas do território. Enquanto que no oriente *neuquino* chovia pelo menos 200 mm por ano, nas áreas andinas as precipitações alcançavam níveis muito maiores, o que obviamente permitia a existência de melhores pastos para a criação do gado. A isso se somava um fácil acesso ao mercado chileno demandante pelos inumeráveis vales cordilheiros que facilitavam a travessia dos Andes.

Outra característica importante que se dava dos censos históricos era a existência majoritária de bovinos *criollos*, até o avançar da década de 1930, destinados ao consumo e transformação em curtumes, depósitos de gordura, salga, fábricas de sabão e velas nas localidades transandinas e para sua exportação a outros portos do Pacífico sul como Peru e Equador. Numerosa documentação dava provas destes circuitos econômicos e de sua longa duração, além dos constantes registros sobre a circulação praticamente absoluta de dinheiro chileno na região.

<sup>7</sup> Nesta seção as auto referências são inevitáveis. Não porque se desconheçam e valorizem as importantes contribuições da história regional/local de muitos/as colegas que investigam nas Universidades e Centros de Investigação que são abundantes na Patagônia, mas porque quem escreve tem desenvolvido trabalhos explicitamente destinados aos aspectos conceituais e metodológicos antes mencionados nos quais se insere sua produção.

Portanto, o espaço de estudo com referência a este tema em particular já não poderia fechar-se nos limites do território *neuquino*, que somente oficiava como área de criação, mas que deveria superar a “barreira” dos Andes e, ainda mais, apoiar-se na consulta de fontes primárias e secundárias em repositórios chilenos para efetuar uma abordagem abrangente do objeto de estudo no marco de um indubitável contexto transnacional.

Contudo, com o avanço das investigações sobre outras atividades econômicas, como é o caso da fruticultura, o campo espacial e a periodização mudavam. Neste caso, deviam necessariamente ser superados os limites políticos entre os territórios de Neuquén e Rio Negro na *norpatagônia* argentina, para se contextualizar nos vales dos rios Neuquén, Limay e Negro. Ou seja, o espaço de estudo – a região – e a temporalidade eram, neste caso, diferentes das anteriores, o que permite aplicar a partir do empírico aquelas afirmações de Pierre Villar e de Cardoso e Pérez Brignoli antes apontadas com respeito ao tema de que as regiões – ao menos nas análises socioeconômicas – podem mudar e ainda se sobreporem de acordo com a época e as finalidades do estudo que se pretende realizar.

Cabe adicionar ao esforço anterior oportunamente realizado para comparar nossos próprios avanços de investigação com os daqueles colegas que, a partir da Antofagasta no Chile e Jujuy na Argentina, até Punta Arenas e Ushuaia na porção mais austral do continente americano, estudavam as problemáticas socioeconômicas nos âmbitos fronteiriços. Com excelentes resultados, este exercício comparativo – indispensável aos estudos de história regional/local – permitiu comprovar que as relações socioeconômicas e culturais vigentes desde antigamente entre a Argentina e Chile se haviam mantido praticamente sem modificações importantes até as décadas de 1920, 1930 e 1940, quando, em distintas oportunidades ambos Estados nacionais começaram a fechar suas fronteiras para consolidar seus mercados internos, com manifestações mais claras a partir da crise econômica internacional dos anos 1929-30, que obrigou a assegurar o consumo para o processo de industrialização substitutivo de importações, aprofundado na década de 1940.

Contudo, o que dizer frente àqueles que defendem que o enfoque regional não serve para estudar a história política, na já mencionada crítica a Braudel? A tese de doutorado de quem escreve esteve focada na conformação dos setores dominantes em Neuquén – agora em uma perspectiva mais local – e sua ascensão aos níveis políticos através da criação do Movimento Popular Neuquino – MPN – em 1961, que tem logrado continuar ininterruptamente no governo provincial até a atualidade. Os irmãos Felipe e Elías Sapag, em semelhança a muitos libaneses que participaram de sua fundação, participavam ativamente dos antigos circuitos mercantis antes descritos em seu caráter de “bolicheros”, comerciantes e colecionadores que intermediavam – sobretudo no caso dos pequenos e médios pecuaristas – no processo de comercialização, uma vez que ofereciam avanços na produção através do fornecimento de bens básicos de consumo familiar, junto com o pagamento antecipado dos soldos aos funcionários locais, como Juízes de Paz, Comissário, etc. Daí provêm – ao menos proveio durante muito tempo – o apoio fundamental do MPN nas zonas do centro e norte do interior provincial. Os grandes proprietários do sul, ao contrário, estavam vinculados a setores econômicos poderosos da área pampeira-bonaerense, e, como destacamento, com outros partidos nacionais. A partir deste avanço foi então possível fazer história política mais localizada, assim como também história de famílias e biografias contextualizadas (BANDIERI, 2000; BANDIERI, 2005).

Algo similar aconteceu com o mais recente estudo dos grupos familiares do setor magalhântico de Punta Arenas, no Chile, e seus investimentos no setor mais austral da Patagônia argentina, já seja através da apropriação de terras das sociedades indígenas, como da instalação de grandes empresas comerciais – como La Anónima dos Braun-Menéndez Behety – e uma quantidade inumerável de investimentos diversificados – companhias aéreas, bancos, empresas editoriais, de comunicações, etc. –, que derivou em uma nova e interessante incursão, neste caso no estudo de exitosas empresas familiares (BANDIERI, 2021).

## AS CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA NACIONAL

Como vínhamos dizendo, as complexas e variadas contribuições que os estudos em perspectiva local e regional vêm fazendo estão muito distantes de terem sido incorporadas às diversas visões generalizadoras e homogêneas da história nacional argentina.

No que se refere à história patagônica, vários são os postulados da história nacional corrigidos a partir das produções locais/regionais das últimas décadas que necessariamente deveriam ser incorporados no processo de ensino da história argentina (BANDIERI, BLANCO, VARELA, 2006). Um deles se refere à existência de uma “fronteira interna” pampeira-patagônica, que, como um limite físico, parecia separar o mundo indígena do hispano-criollo até a definitiva conquista pelas armas dos primeiros pelos segundos ao longo do século XIX. Hoje são muitas as produções que, a partir da mesma região e fora dela, revisam exaustivamente essa ideia – a tal ponto que enumerá-los sem omissões seria quase impossível –, mostrando que não só o conflito mas também particularmente o intercâmbio de bens e pessoas eram características próprias desse espaço fronteiriço, tanto que a organização político-econômica das sociedades indígenas mostrava um alto grau de complexidade, que transformava radicalmente a ideia generalizada de sua condição de grupos nômades dedicados exclusivamente ao saque, combinando a caça com a coleta. A segunda afirmação da história geral se vinculava com a ideia de que o limite entre os Estados nacionais argentino e chileno, constituído pela cordilheira dos Andes – em semelhança a outros países fronteiriços –, se havia consolidado como tal a partir de 1880, quando a extensão da rede ferroviária cortou de maneira definitiva as relações centrífugas até então vigentes, orientando e vinculando as economias do interior do país com espaços e portos atlânticos. Hoje sabemos, como já se disse, que as relações de todo tipo entre as áreas andinas e o mercado chileno perduraram com idênticas formas, com velhos e novos atores, vinculados agora às formas capitalistas de produção, até avançado o século XX. Isto indica, por enquanto, a necessidade de revisar as periodizações então vigentes na historiografia nacional a respeito de considerar os anos 1880 como um marco fundamental na conformação definitiva do Estado nacional e, por consequência, de um mercado interno plenamente constituído. Nada mais distante da realidade para as áreas fronteiriças, não só da Patagônia mas também do conjunto nacional, marginais ao processo de integração do país ao modelo agroexportador, com clara centralização nas zonas mais aptas para o cultivo de cereais e para a criação de gado de qualidade superior.

Uma Patagônia povoada exclusivamente a partir do Atlântico é outra das crenças generalizadas que aqueles que fazem história regional têm revisado. Embora seja certo que os territórios com portos marítimos foram incorporados rapidamente a uma economia ovina em expansão, impulsionada pelo auge dos cereais e pela importância dos frigoríficos nas planícies pampeiras, não é menos certo que as

zonas andinas seguiram mantendo, conforme vínhamos dizendo, intercâmbios econômicos e sociais nas áreas fronteiriças, provendo aos mercados transandinos de pecuária até o avançar do século XX. Isto era acompanhado com importantes fluxos migratórios de população desse origem, que invadia permanentemente a cordilheira em busca de terras ou melhores possibilidades ocupacionais, tanto que eram comuns os investimentos chilenos de capital em superfícies produtivas do oriente da cordilheira (BLANCO, 2018).

A imagem de um Estado nacional precocemente exitoso em sua penetração nos espaços expropriados das comunidades indígenas que geralmente mostra a historiografia tradicional também deve ser revisada à luz de nossas investigações. Sem dúvida assim o foi no que se refere às formas de penetração coercitiva ou repressiva, para usar a conhecida caracterização de Oszlak (1982), mas não nos termos dos aspectos materiais e ideológicos, onde a ausência do Estado é óbvia até as décadas de 1930 e 1940, quando a preocupação por “argentinizar” a Patagônia e aos patagônicos se tornou essencial para os governos nacionalistas que então dominavam o cenário político (BANDIERI, 2009).

Estas e outras perspectivas do passado nacional são imagens básicas que têm sido arraigadas no senso comum dos argentinos, e também, por que não o dizer, no de muitos educadores. O mesmo ocorre com os limites territoriais que a construção desse mesmo passado nacional delimita. Nos referimos particularmente à comprovada construção de uma história fechada nos contornos territoriais do Estado nacional argentino, ainda quando este não havia sido constituído. Chama a atenção a notável sobrevivência destas mesmas questões em algumas historiografias atuais, sobretudo nos manuais escolares. O mesmo pode ser observado claramente nos mapas em que geralmente se baseia o sistema educativo, inclusive universitário, no quais situações diversas dos séculos XVI a XVIII, e inclusive na primeira parte do século XIX, se fecham nos limites estatais atuais, dando por suposto a falsa e incorreta existência da “Argentina” e dos “argentinos” antes da conformação do próprio Estado nacional. Sem falar dos mapas que pretendem refletir as relações comerciais durante as etapas colonial e independente até o avançar do século XIX, deixando de fora as zonas limítrofes e os espaços ocupados pelas sociedades indígenas, que seguem aparecendo como “espaços vazios”, ou, o que dá no mesmo, “deserto”.

Isto merece algumas reflexões. Não há dúvida de que muitos autores podem repetir estas versões porque comungam com essa interpretação da história nacional oitocentista e da geografia – ou da geopolítica, para sermos mais precisos – e com seus conteúdos ideológicos. Mas, em todos os casos, resulta absolutamente duvidoso que estes sejam os motivos. Pode-se dizer que há muito de ingenuidade nos historiadores que usam e/ou reproduzem estes mapas com um sentido absolutamente ilustrativo, sem se deter a analisar os preceitos que esses elementos constituem. Talvez caberia recuperar, para estes casos, a noção de “saber esquecer” de Max Scheler (1984), isto é, o que fica no fundo de nossa consciência uma vez que esquecemos os conteúdos específicos que aquelas noções portavam.

## AMODO DE CONCLUSÃO

Deste modo, reiteramos que a dimensão microanalítica, tanto em seus aspectos teóricos como metodológicos, não deve ser circunscrita somente à redução da escala de observação nem à visibilidade individual dos atores, mas também pela possibilidade de contribuir com a particularidade dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais para questões que complementem e/ou coloquem em dúvida

“verdades” instituídas como tais nas versões mais generalizadas da história. Da mesma maneira, a individualidade dos sujeitos somente pode ser entendida no marco de determinadas relações sociais, sempre ligadas ao espaço e à escala temporal em que se expressam. Qualquer tempo e espaço, ainda os menores, servem para a explicação de um problema; daí a pluralidade de enfoques possíveis.

Embora existam na atualidade uma imensa quantidade de investigações que têm claros esses aspectos, ainda quando não o explicitem teórica e conceitualmente desta maneira, resulta importante insistir, por um lado, na necessidade de recuperar as análises interdisciplinares e de aprofundar a importância das conexões. Por outro lado, a necessidade de cuidar especialmente da seleção das fontes que, em semelhança aos mapas, encerram supostas “verdades” que sempre podem ser discutidas a partir do empírico<sup>8</sup>. Ademais, cabe insistir na necessidade de realizar e acentuar os estudos comparativos, porque somente nessa instância as produções sobre o particular poderiam realmente ter efeitos sobre as interpretações do macro.

De qualquer forma, e reafirmando o sustentado por Scalona e Fernández, se deveria aumentar os esforços por

acentuar a potencialidade analítica da história de matriz regional e local, executando-a de seu lugar de simples recurso didático e enfatizando seu caráter explicativo, levando em conta que os estudos regionais e locais não são referentes anedóticos de um passado mais remoto ou mais próximo, nem tampouco são fruto de investigações parciais que não dispõem de um contexto de compreensão significativo dentro do processo educativo (SCALONA, FERNÁNDEZ, 2004, p. 104)

Mas, para isso, em coincidência com as mesmas autoras, é necessário um especial compromisso dos docentes dos distintos níveis de ensino para se atualizarem de forma permanente, tanto nos aspectos conceituais como empíricos, assim como para interagir de forma conjunta e complementar, no sentido de que “a História pesquisada e a História ensinada” sejam a mesma História.

---

<sup>8</sup> De fato, sempre existe mais documentação sobre os ricos do que sobre os pobres, sobre os homens do que sobre as mulheres, sobre as elites do que sobre os setores subalternos. Somemos a isso que todas as fontes primárias e secundárias refletem os interesses subjetivos, de classe, partidários, etc., de quem as produziu, o que exige um olhar sempre “desconfiado” por parte de quem investiga.



## REFERÊNCIAS

- AA.VV. La microhistoria en la encrucijada. *Prohistoria*. Debates y combates por la historia que viene, Número Especial, III (3), 1999, p. 177-284.
- AA.VV. Proceedings/Actes Perspectives on Global History: Concepts and Methodology. Oslo, 19<sup>th</sup> *International Congress of Historical Sciences*, 2000, p. 3-52.
- ANDÚJAR, A., y LICHTMAJER, L. (orgs.). *Lo local en debate*. Abordajes desde la historia social, política y los estudios de género (Argentina 1900-1960). Buenos Aires: Teseo, 2019.
- ASSADOURIAN, C. S. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.
- AYMARD, M. De la Méditerranée à l'Asie: una comparaison nécessaire (commentaire). *Annales HSS*, v. 1, 2001, p. 43-50.
- BANDIERI, S. Neuquén: Grupos de poder, estrategias de acumulación y prácticas políticas. *Anuario del IEHS*, n. 15, 2000, p. 179-208.
- BANDIERI, S. Asuntos de familia. La construcción del poder en la Patagonia, el caso de Neuquén. *Boletín del Instituto Ravignani*, n. 28, 2005, p. 65-94.
- BANDIERI, S. Cuando crear una identidad nacional en los territorios patagónicos fue prioritario. *Revista Pilquen*, Sección Historia Social, n. 11, 2009, p. 1-5.
- BANDIERI, S. Estrategias económicas de los grupos familiares magallánicos en la Patagonia argentina: el caso de los Braun-Menéndez Behety y “La Anónima”. *Tiempo & economía*, 8(2), 2021, p. 1-29.
- BANDIERI, S., BLANCO G., VARELA, G. (orgs.). *Hecho en Patagonia*. La historia en perspectiva regional. Neuquén: CEHIR-UNCo., EDUCO –Editorial Universitaria UNCo-, 2006.
- BANDIERI, S., FERNÁNDEZ, S. (orgs.). *La Historia Argentina en perspectiva local y regional*. Nuevas miradas para viejos problemas (Tomos 1, 2 y 3). Buenos Aires: Teseo, 2017.
- BLANCO, G. (org.). *La tierra pública en la Patagonia*. Normas, usos, actores sociales y tramas relacionales. Rosario: Prohistoria ediciones, 2018.
- BARROS, C. Hacia un nuevo paradigma historiográfico. *Prohistoria*. Debates y combates por la historia que viene, III(3), 1999, p. 43-57.
- BOHOSLAVSKY, E. (org.). Debates y conflictos de la historia regional en la Argentina actual. *Quinto Sol*, 22(3), 2018, p. 1-51.
- BRAUDEL, F. *La Méditerranée et e monde méditerrané en à l'époque de Philippe II*. (2<sup>a</sup> éd.). París: Revue etAugmentée, 1966.
- BRAUDEL, F. Histoire et sciences sociales: la longue durée. *Annales E.S.C.*. In: *Débats et Combats*, 4, 1958, p. 725-753.
- CARDOSO, C., PÉREZ BRIGNOLI, H. *Historia económica de América Latina* (Vol. II). Barcelona: Crítica, 1982.

- CASANOVA, J. Historia Local, Historia Social y Microhistoria. In: RÚJULA, P., PEIRÓ I. (orgs.). *La Historia Local en la España contemporánea*. Barcelona: Universidad de Zaragoza, L'Avenc, 1999, p. 17-28.
- CERUTTI, M. Contribuciones recientes y relevancia de la investigación regional sobre la segunda parte del siglo XIX en México. *Boletín Americanista*, n. 37, 1985, p. 29-48.
- CHARTIER, R. La conscience de la globalité (commentaire). *Annales HSS*, n. 1, 2001, p. 119-123.
- CHIARAMONTE, J. C. Reflexiones sobre la obra de Tulio Halperín. *Prismas*. Revista de Historia Intelectual, n. 23, 2019, p. 119-140.
- DE JONG, G. *Introducción al método regional*. Neuquén: LIPAT-UNCo, 2001.
- FERNÁNDEZ, S. *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007.
- FERNÁNDEZ, S. La perspectiva regional/local en la Historiografía Social Argentina. *Folia Histórica del Nordeste*, n. 24, 2015, p. 189-202.
- FERNÁNDEZ, S., DALLA CORTE, G. (orgs.). *Lugares para la Historia*. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los estudios contemporáneos. (2ª ed.) Rosario: UNR Editora, 2005.
- GINZBURG, C. *Il formaggio e i vermi*. Il cosmo di un mugnaio del '500. Italia: Einaudi, 1976.
- GARAVAGLIA, J. C. *San Antonio de Areco, 1680-1880*. Un pueblo de campaña del Antiguo Régimen a la modernidad. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2009.
- GARAVAGLIA, J. C., GROSSO, J. C. *Puebla desde una perspectiva microhistórica*. Tepeaca y su entorno agrario: población, producción e intercambio (1740-1870). México: Universidad Autónoma de Puebla y Argentina, Universidad Nacional del Centro, 1994.
- GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, L. *Pueblo en vilo*. Microhistoria de San José de Gracia. México: El Colegio de México, 1968.
- GRENDI, E. Micro-analisi e storia social. *Quaderni Storici*, n. 35, 1977, p. 506-520.
- GRENDI, E. Repensare la microstoria. *Quaderni Storici*, n. 86, 1995, p. 539-549.
- KNIGHT, A. Latinoamérica un balance historiográfico. *Historia y Grafía*, n. 10, 1998, p. 165-207.
- LEPETIT, B. De la escala en la Historia. In: REVEL, J. (org.). *Juego de Escalas: experiencias de microanálisis*. San Martín: UNSAM Edita, 2015, p. 87-114.
- LEVI, G. Un problema de escala. Relaciones. *Estudios de historia y sociedad*, XXIV (95), 2003, p. 279-288.
- MATA DE LÓPEZ, S., ARECES, N. *Historia regional: estudios de casos y reflexiones teóricas*. Salta: Universidad Nacional de Salta, CEPIHA, 2006.
- MÖRNER, M. *The Andean Past: Land, Societies and Conflicts*. New York: Columbia University Press, 1985.
- OSZLAK, O. *La formación del Estado Argentino*. Buenos Aires: Ed. de Belgrano, 1982.

- PÉREZ HERRERO, P. (org.). *Región e Historia en México (1700-1850)*. Métodos de análisis regional. México: Instituto Mora, UNAM, 1991.
- REVEL, J. Microanálisis y construcción de lo social. *Anuario del IEHS*, n. 10, 1995, p. 125-143.
- REVEL, J. (org.). *Jeux d'échelles, la micro-analyse à l'expérience*. París: Hautes Études, Gallimard-Le Seuil, 1996.
- SÁNCHEZ, J. E. *La Geografía y el espacio social del poder*. Barcelona: Los Libros de la Frontera, 1981.
- SANTOS, M. *Por una Geografía nueva*. De la crítica de la Geografía a una Geografía Crítica. São Pablo: Hucitec-Edusp, 1979.
- SANTOS, M. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid: Siglo XXI, 1991.
- SCALONA, E. La historia local como contenido de enseñanza. In: FERNÁNDEZ, S. (org.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema: discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007, p. 169-178.
- SCALONA, E., FERNÁNDEZ, S. La historia regional en el nivel polimodal: balance y perspectivas. *Revista Reseñas*, n. 2, 2004, p. 81-104.
- SCHELER, M. *La idea del hombre y la historia*. Buenos Aires: Ed. La Pléyade, 1984.
- SERNA, J., PONS, A. El Historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria. *Prohistoria*, n. 3, 1999, p. 237-259.
- SERNA, J., PONS, A. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, S. (org.). *Más allá del territorio*. La historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2005, p. 17-30.
- STONE, L. El renacimiento de la historia narrativa: reflexiones sobre lo nuevo y viejo de la Historia. *Historia Oberta, Debats*, n. 4, 1980, p. 91-110.
- TERRADAS I SAVORIT, I. La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general. In: FERNÁNDEZ, S., DALLA CORTE, G. (orgs.). *Lugares para la Historia*. Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos. Rosario: UNR Editora, 2001, p. 179-208.
- VENEGAS, H. *Metodología de investigación en Historia Regional*. Santo Domingo: Publicaciones del Archivo General de la Nación, 2010.
- VAN YOUNG, E. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. *Anuario IEHS*, n. 2, 1987, p. 255-281.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. Tableau de la Géographie de la France. Introducción. In: LAVISSE, E. (org.). *Histoire de France depuis les origines jusqu'à la Révolution*. Tomo Premier, 1. París: Hachette, 1903.
- VILAR, P. *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona: Ariel, 1976.